

À guisa de informação

Manuel Cambeses Júnior*

Coletânea de cinco apreciações enfocando diversos temas da atualidade, sobre os quais fornece informações oportunas.

MÍDIA: TOTALITARISMO OU DESINFORMAÇÃO?

Em 1987, foi publicado, nos Estados Unidos, sob o patrocínio da Oxford Analytica, um livro chamado *América in Perspective*. Nele, procura-se retratar a influência que detêm os meios de comunicação social desse país.

Chama-nos a atenção a afirmativa contida nessa publicação: *as três redes nacionais da televisão (ABC, CBS e NBC), as duas maiores revistas nacionais (Time e Newsweek), a Associated Press (agora deixada sozinha pelo virtual colapso da UPI), o New York Times, o Wall Street Journal e o Washington Post, juntamente com a pequena elite de peritos com*

acesso a esses meios de comunicação têm desfrutado, desde o final dos anos cinquenta até os oitenta, de uma enorme influência como juizes do processo político e como fatores de definição da agenda política nacional.

De maneira análoga, outro livro daquela mesma época, *The Irony of Democracy*, de Thomas Dye e Harmon Zeigler, afirmava: *os principais executivos das cadeias de televisão mantêm contato permanente com os editores do New York Times, do Washington Post, Newsweek e das principais cadeias de imprensa com quem intercambiam pontos-de-vista. Eles constituem uma pequena e coesa fraternidade.*

Em outras palavras, na década passada, nove meios de comunicação social estavam sendo privilegiados na capacidade de definir os rumos da vida política norte-americana e, inevitavelmente, a maneira com que os estadunidenses percebiam a realidade que os rodeava. Essa realidade era comum à maioria dos países. Com as variáveis de cada caso, era usual que um pequeno número de meios informativos domésticos detivessem uma imensa influência sobre a vida nacional. Nos dez anos transcorridos desde então, produziu-se uma mudança fundamental. A informação não somente se globalizou como também, sob o impulso dos avanços tecnológicos e das exigências de capital, começaram a surgir gigantescos conglomerados nesse

* Coronel-Aviador. Do Corpo Permanente da Escola Superior de Guerra (ESG).

campo. Hoje em dia, não basta manter presença em todos os rincões do planeta que permita a transmissão instantânea da notícia aonde quer que ela ocorra, como é o caso da CNN. É necessário algo mais. É necessário estar integrado a uma rede cujos tentáculos não somente abarquem a difusão da informação em todas as suas vertentes (TV aberta, TV a cabo, rádio, jornais, revistas, informação via Internet), mas também o mundo do entretenimento (fundamentalmente a produção cinematográfica). É o que denominamos, na atualidade, de *multimídia*. Afinal de contas, a simbiose entre entreter e informar sempre foi muito grande. Desde os velhos noticiários que precediam os filmes na época de ouro do cinema, até o rádio e a televisão, aonde notícias e diversão se misturam extraordinariamente constituindo-se na melhor forma para promover e digerir, com facilidade, a informação.

Exemplo bem significativo de um desses conglomerados de comunicações é encontrado no império Time Warner-CNN, que inclui a revista Time, a produtora cinematográfica Warner

Bros, os canais de cinema a cabo HBO, Cinemax e TNT, as redes de informação CNN e TBS, a firma editorial Little Brown, a distribuidora de livros Book of the Month, produtoras de discos, etc. As vendas anuais desse megaconglomerado atingem 21 bilhões de dólares. Para sobreviver nesse mundo globalizado e integrado da informação e do entretenimento, não existe outro caminho que não seja o das grandes redes e as grandes fusões. Bem valeria a pena fazer referência a alguns dos casos mais ilustrativos nesse sentido: o império News Corporation Limited, do australiano Rupert Murdoch, que inclui não somente célebres jornais, como o Time, de Londres, e o New York Post, mas também, cadeias de rádio e TV e redes de jornais e revistas em diversos continentes.

Também cabe destacar a fusão entre a Walt Disney Co. e a cadeia ABC ou a fusão que está se produzindo na Europa entre as maiores redes de televisão a cabo. Exemplificando, as seis grandes redes de TV européias estão se integrando em dois grupos competitivos para poder sobreviver, em meio à dura realidade do

mercado atual. Silvio Berlusconi, da Itália, está se aliando com dois titãs da Alemanha e da Holanda, para fazer frente à aliança de Rupert Murdoch com outros dois gigantes da França e da Alemanha. Até o próprio Bill Gates, da Microsoft, está adentrando nesse universo em aliança com a NBC e a Time Warner-CNN, para desenvolver um ambicioso projeto informativo de televisão e Internet.

Uma indagação permanece para nossa reflexão: - o que ocorreria se os dez ou doze megaconglomerados da informação, que atualmente estão se consolidando no mundo, decidissem repetir a experiência das nove grandes organizações que dominaram a informação nos Estados Unidos na década passada? Ou melhor, se decidissem pôr-se de acordo para definir as diretrizes fundamentais do planeta e a maneira que o homem deve perceber a realidade ao seu redor? De fato, parecem existir claras evidências de que o livre mercado se transformou em um denominador comum, defendido por todos os grandes centros informativos mundiais. Qualquer país que hoje em dia se atreva a questionar

esse paradigma, deve estar disposto a assumir o custo de um virtual ostracismo.

Se essa tendência a impor normas e paradigmas se generalizar, nos encontraríamos ante um mundo que nada teria que invejar ao universo totalitário imaginado por George Orwell, em sua famosa obra.

Entretanto, contrapondo-se a esse quadro catastrófico e totalitário, a revista *Time*, em sua edição de 21 de outubro 1996, efetuou acurada análise sobre o processo de difusão da informação, que resultou, curiosamente, alvissareira. De acordo com o estudo, a tendência prevalecte, nos dias atuais, parece apontar para a atomização na busca da informação. Atônito ante um acúmulo de notícias e conhecimentos que não está capacitado a entender, o homem comum está concentrando sua atenção em pequenas parcelas de interesse informativo, desdenhando as demais. Esse cidadão simples e comum está se atendo em informações esportivas, financeiras, do mundo da moda, da arte ou da diversão, esquecendo-se do restante. Se realmente as coisas estão sendo processadas dessa maneira, existe a

forte possibilidade de que a *lavagem de mentes* somente pudesse se operar de forma significativamente limitada.

Diante desse novo, complexo e curioso cenário, podemos concluir que afortunadamente, a desinformação poderia chegar a ser a tábua de salvação do público-alvo, no limiar do terceiro milênio.

A SAGA DE UMA NAÇÃO

Se algo caracterizou o Japão, ao longo de sua história, é a sua singular capacidade para alterar radicalmente seu projeto nacional ou a marcha de sua economia, cada vez que as circunstâncias assim o requereram.

No início do século XVII, ante uma penetração ocidental que não somente ameaçava alterar as bases da sociedade mas, também, difundir o cristianismo, o país decidiu fechar-se a todo contato com o exterior. Durante dois séculos e meio, o Japão se manteve dentro da mais absoluta autarquia, mantendo uma estrutura social petrificada. Inclusive, o uso da roda chegou a ser proibido, pois esta era tida como elemento de modernização e, por conseguinte,

de transformação. Esse período foi denominado de *Tokugawa*.

Para a segunda metade do século XIX, as pressões por mudanças dentro do país eram demasiadamente contundentes para que se mantivesse de pé o modelo vigente. O regime Tokugawa havia deixado aberta uma pequena janela com o exterior, ou seja, um navio holandês que uma vez ao ano vendia os seus produtos no país. Por essa janela se infiltraram as idéias que iluminaram a imaginação e os desejos de mudanças da baixa aristocracia japonesa, que tinha a seu cargo a administração efetiva do Estado. A atitude dessa camada social, aliada a insatisfação da classe dos mercadores, cujo poder econômico contrastava fortemente com sua reduzida influência política, consolidaram as bases para uma transformação radical. A isso veio unir-se a constatação de que estava ocorrendo na China uma sociedade cujo tradicionalismo a havia mantido no mais profundo atraso, tornando-a presa fácil para o apetite colonial do Ocidente. O *Tratado de Nankin*, de 1842, havia imposto à China a abertura ao Ocidente, ao

tempo em que Hong Kong se transformava em colônia britânica e algumas de suas principais cidades portuárias eram entregues ao controle das potências ocidentais.

Os burocratas da baixa aristocracia e os mercadores, cada um em função de suas próprias razões, uniram-se com a idéia de modernizar o país. Era a única forma de evitar que o Japão tivesse a mesma sorte da China. Só faltava o elemento detonante para materializar as exigências de mudanças no cenário geopolítico nipônico. A presença de uma esquadra norte-americana, sob o comando do Comodoro Perry, em 1858, exigindo a abertura dos portos japoneses ao comércio com o Ocidente, foi o estopim que desencadeou a revolução. Após alguns anos de instabilidade que presenciaram a derrocada do regime de Tokugawa consolidou-se, a partir de 1868, uma mudança radical de rumo. A figura do imperador, que durante o período anterior havia sido um personagem meramente simbólico, ascendeu ao centro do cenário político. Começava ali a era *Meiji*. Nos anos seguintes, o país adentrou na mais rápida transformação de instituições e

valores culturais já presenciados em sua história.

A partir desse momento, o Japão se lança em um gigantesco processo de ocidentalização de seus costumes e de suas instituições. Instala um Parlamento ao estilo inglês; códigos civis e penais semelhantes ao francês; um exército de modelo prussiano; um direito comercial de orientação alemã; um sistema orçamentário calcado no norte-americano; relojoaria suíça; rolamentos suecos; embarcações norueguesas; ótica alemã. E assim sucessivamente. A partir de nada e em poucos anos, o país transformou-se em uma economia moderna: estaleiros, fábricas, siderúrgicas, têxteis, telégrafos e um forte sistema bancário. A obsessão pelo progresso nos moldes ocidentais permitiu que, para o início do século XX, o Japão ingressasse no seleto clube das grandes potências mundiais.

Isso, inevitavelmente, conduziria a uma acirrada competição com o Ocidente pelas esferas de influência no leste asiático. Já em 1905, o Japão havia derrotado militarmente o mais vasto império da Europa, a Rússia. Em 1939, iniciou-se a cruenta mediação de forças entre o Japão

e as grandes nações do Ocidente, no decurso da Segunda Guerra Mundial.

Após a traumática derrota de 1945, o Japão reformula novamente o seu projeto nacional de maneira dramática, renunciando a suas ambições hegemônicas e a um militarismo assentado em sua ancestral tradição samurai. O país suporta a presença tutora norte-americana, concentrando-se em uma economia de caráter civil. Cinquenta anos depois da derrota, sua produção industrial equivalia à de França e Alemanha juntas e era equivalente a de todos os demais países asiáticos combinados.

É importante destacar que, não somente os projetos nacionais do Japão transformaram-se de maneira radical, cada vez que as circunstâncias históricas assim o exigiram mas, também, sua economia sofreu periódicos reajustes, muitas vezes de forma acentuada, para fazer face às adversidades que surgiram. A título de exemplo, poderíamos mencionar os problemas enfrentados, pela economia japonesa, nos anos de 1973 e 1985. No primeiro caso, produziu-se uma acentuada alta nos preços do petróleo, che-

gando a quadruplicar o valor do barril, no comércio internacional. Em 1985, o aumento do valor do *yen*, da maneira com que foi estabelecido, fez perigar a competitividade das exportações japonesas. Em ambos os casos o Japão soube sair incólume e, até certo ponto, vitorioso frente aos riscos enfrentados.

O Japão, no momento, atravessa uma difícil crise recessiva, cujas origens remontam ao final dos anos oitenta. A ruptura da borbulha especulativa em seus mercados financeiros e de bens imóveis iniciou esse processo, hoje agudizado com a crise asiática em curso. Muitos apregoam o fim do milagre econômico japonês e insistem na incapacidade do país de adaptar-se às exigências da economia pós-industrial do século XXI. Um sistema educacional que enfatiza a docilidade e uma tradição de submissão às normas sociais são vistos como antagônicos à criatividade individual, chave da nova era econômica.

Diante dessa realidade, cabe-nos as seguintes indagações: poderá o Japão sair-se bem em seu objetivo de retomar o crescimento e tri-

lhar o caminho do progresso? saberá dar outro desses inesperados saltos para o sucesso que caracterizaram o seu passado?

De uma coisa, porém, temos absoluta certeza: não é possível subestimar o Japão.

A IMPLEMENTAÇÃO DO EURO: FATOR DE COESÃO DA UNIÃO EUROPÉIA

Os textos de Economia ensinam que o símbolo monetário de um país desempenha três papéis essenciais: o de unidade de valor, o de meio de intercâmbio e o de unidade de reserva. Porém, a moeda nacional representa muito mais do que isso. A partir do surgimento dos estados nacionais no século XIX, a moeda passou a ser considerada um dos símbolos da unidade nacional, juntamente com a bandeira. A fortaleza e credibilidade do símbolo monetário de um país dependem, intimamente, de seu potencial econômico e da saúde estrutural de seu aparelho produtivo. Uma economia débil e vulnerável terá, como corolário, uma moeda fraca e desprestigiada carregando reflexos negativos à economia nacional.

A União Européia transcendeu o antigo conceito de Estado nacional, quando decidiu pela criação de um Banco Central Europeu e de uma moeda única, a partir de 1º de janeiro de 1999, conforme acordado no Tratado de Maastricht, de 1992. A União Econômica e Monetária (termo jurídico apropriado) representa a fase superior e final de um processo de integração econômica que teve início em 1957, com a assinatura do Tratado de Roma.

Desde a queda do Império Romano e a partir do enfraquecimento do Império dos Francos, fundado por Carlos Magno, no século IX, passando pelas Cruzadas, na Idade Média, o Renascimento, a Guerra dos Cem Anos, a Revolução Francesa, a Revolução Industrial, o imperialismo do século XIX e as duas grandes guerras do século XX, a Europa não havia conquistado um período de mais de cinquenta anos ininterruptos de paz como o iniciado a partir do Tratado de Roma.

A primeira lição que extraímos desse histórico acontecimento é que a União Econômica e Monetária está sendo possível graças a um pro-

cesso laborioso e claramente delineado, com um objetivo específico, com uma autêntica *carta de navegação* estabelecendo os pontos a serem atingidos e fixando as datas para a sua execução. Consta-se que nada é improvisado, nem tampouco decidido abruptamente no seio da União Européia.

Os seis países fundadores da Comunidade Económica Européia e os atuais quinze que integram a União Européia, passaram por todas as fases de um processo de integração, ou seja: união aduaneira, mercado comum e mercado único. A última fase dispôs sobre a livre circulação de bens, serviços e pessoas a partir de 1º de janeiro de 1993 (Ata Única Européia, de 1985), ainda que a liberalização plena dos movimentos da capital nos países da União já havia ocorrido em 1º de julho de 1990, dando início à Primeira Fase da União Económica e Monetária.

O Tratado de Maastricht estabeleceu taxativamente o cumprimento de requisitos de convergência macroeconómica para ter acesso à moeda única, tomando como base os indicadores dos Estados membros, de 1997: *o déficit do setor pú-*

blico não pode ultrapassar 3% do Produto Interno Bruto (PIB); a dívida pública não pode ser maior do que 60% do PIB; a inflação não deve exceder em mais de 1,4 pontos percentuais a média dos três Estados membros com menor inflação; os juros a longo prazo não devem superar em dois pontos percentuais a média dos três Estados membros com menor inflação e, a moeda nacional deve manter-se dentro das margens normais de flutuação do Sistema Monetário Europeu, pelo menos durante dois anos.

A segunda fase da união económica e monetária teve início em 1º de janeiro de 1994, com a criação do Instituto Monetário Europeu, antecessor do Banco Central Europeu. Previamente, em 1º de novembro de 1993, se congelou a composição da cesta de moedas que conformam a unidade monetária europeia, antecessora da moeda única, utilizada como moeda de referência para fins contábeis.

Reforçaram-se os mecanismos de coordenação de políticas económicas a nível supranacional, com a criação do Comitê de Ministros da Fazenda do Conselho Europeu e com a participa-

ção dos Bancos Centrais. Em 31 de maio de 1995, a Comissão Européia adotou o *livro verde* sobre a moeda única. O Conselho Europeu de Madrid (dezembro de 1995) concordou em batizar de Euro a nova moeda, e fixou o programa técnico para a introdução desta, a partir de 1999, e colocá-la em circulação a partir de 1º de julho de 2002, em caráter definitivo e em substituição às moedas locais.

Fixados juridicamente os requisitos de convergência macroeconómica e decidida a *carta de navegação* da moeda única a nível técnico, surgiu a preocupação política sobre a sustentabilidade ou permanência no tempo dos compromissos de convergência e coordenação económica adquiridos pelos Estados membros. Como resposta a essa preocupação, o Conselho Europeu de Amsterdam (junho de 1997) adotou o Pacto de Estabilidade e Crescimento, o qual obriga juridicamente os Estados membros a manter, perenemente, os mesmos requisitos de convergência contidos no Tratado de Maastricht e se fixaram custosas penas pecuniárias aos que não cumprirem os acordos firmados.

A Comissão Européia recentemente submeteu à consideração do Conselho Europeu, órgão máximo de decisão política da União, o *Informe e Recomendação sobre o Progresso para a Convergência com vistas à Transição para a Terceira Fase da União Econômica e Monetária* (25 de março de 1998). O Informe indica que onze Estados membros da União Européia estão aptos para consentir a moeda única a partir de 1º de janeiro de 1999, a saber: Alemanha, Bélgica, Espanha, França, Irlanda, Itália, Luxemburgo, Países Baixos, Áustria e Finlândia. Faz-se mister ressaltar que Grã-Bretanha, Suécia e Dinamarca optaram por incorporar-se posteriormente e também quando cumprirem todos os requisitos de convergência macroeconômica estabelecidos no Tratado da Maastricht, como é o caso da Grécia.

Os progressos em matéria de convergência macroeconômica têm sido notáveis. A média dos déficit fiscais do setor público dos Estados membros caiu de 6,1% em 1993, para 2,4% em 1997 e a média da inflação baixou substancialmente para menos de 2% neste último

ano. Esses resultados permitirão não somente avançar com passo firme para a moeda única, o Euro, na data prevista, como também contribuirão para fomentar o comércio e a inversão a nível global, em um ambiente de maior estabilidade macroeconômica, maior crescimento e menor inflação.

De conclusivo, a constatação de que a implementação do *Euro* está intimamente relacionada com a coesão que deve existir entre os países constitutivos da União Européia. (dezembro, 1998)

A CONFLITUALIDADE NO ORIENTE MÉDIO

Indubitavelmente, os Estados Unidos têm uma posição dominante na nova ordem mundial posterior à Guerra Fria e à denominada Guerra do Golfo, de 1991. Porém, mesmo com seu predomínio no poder militar e seus avanços tecnológicos e espaciais, não conseguem obter o controle de todos os fatores políticos que influem em uma confrontação. Existe um poder dominante mas também existem vários pólos políti-

cos que conferem à *multipolaridade* um significado e um peso indiscutível. A *pax americana* posterior a 1991 não se assemelha à *pax romana* ulterior à destruição de Cartago, um século antes de Cristo.

Desde Sun Tzu até Clausewitz, passando por Tucídides e Tito Lívio, a guerra é um fato político.

O acordo alcançado pelo Secretário-Geral da ONU, Kofi Annan, e o Presidente Saddam Hussein conseguiu abortar a incursão aérea sobre o Iraque. Entretanto, o problema derivado da posse de armas biológicas e químicas, por parte desse país, está longe de ser resolvido. E mais ainda, os complexos e insolúveis problemas que acometem o Oriente Médio permanecem presentes como um permanente pano de fundo. Bem valeria a pena passar uma rápida revista aos mesmos. O Pan-arabismo, o conflito árabe israelense, o problema palestino, o fundamentalismo islâmico e as controvérsias étnico-territoriais: eis aqui as causas fundamentais da instabilidade e da conflitualidade dessa zona do mundo.

O Pan-arabismo é resultado do processo artificial e arbitrário que deu origem à

existência dos Estados da região. Na medida em que estes surgiram como resultado de um simples traçado geométrico, que ignorou as realidades subjacentes, não foi possível assentar sobre eles um sentido de identidade nacional. Essa busca de identidade, que não encontrou resposta a nível de unidades nacionais, teve de trasladar-se a dois estratos diferentes. De um lado ao clã, a tribo, a família. De outro, ao contrário, para uma entidade muito maior que os próprios Estados, ou seja, para a idéia da grande nação árabe. Em virtude desse fenômeno, conhecido como Pan-arabismo, as fronteiras estatais são vistas como divisões artificiais que não fazem mais do que separar um mesmo povo.

O fenômeno Pan-arábico tem trazido consigo conseqüências e as seguintes tendências: a formação de lideranças messiânicas que buscam projetar-se sobre o conjunto do mundo árabe; a intervenção em assuntos internos dos demais Estados árabes em virtude da justificativa brindada por essa noção supraestatal; a considerar as riquezas da região como propriedade mancomunada de todos os países

árabes e os subseqüentes ressentimentos que derivam ante a impossibilidade de aceder a elas; a identificar arabismo com sunismo, ou seja, a raça árabe com a vertente sunita do islamismo.

O conflito árabe-israelense encontra sua origem no fim da I Guerra Mundial, quando os britânicos assumiram o mandato sobre um território que, a seguir, haveria de chamar-se Palestina. Ao fazê-lo, começaram a dar *rédeas soltas* à imigração judia, a qual se assentava nos compromissos derivados da chamada *Declaração Balfour* e nas exigências do movimento sionista que teve sua origem no intelectual húngaro Teodoro Herzl.

A Resolução 181 das Nações Unidas, do ano de 1947, adotou um plano para dividir a Palestina em dois Estados: um árabe e outro judeu. A declaração de independência do Estado de Israel, em 1948, veio imediatamente sucedida por um ataque combinado de Egito, Síria, Líbano, Jordânia e Iraque. O resultado dessa guerra foi que Israel ficou de posse de territórios mais extensos do que aqueles que lhe haviam sido designados, originalmente, no Plano de Partição da Palestina, apro-

vado pela ONU. Dessa maneira, ao problema da introdução de um *corpo estranho* na região, vieram somar-se dois problemas adicionais: a ocupação, por parte de Israel, de territórios que não lhe foram conferidos juridicamente e a presença de uma população árabe-palestina flutuante, transformada em permanente fator de combustão.

O problema palestino teve sua origem na impossibilidade de se criar um Estado árabe, de acordo com o prescrito pela Resolução 181 que dividiu a Palestina. A guerra de 1948, que sucedeu a independência de Israel, aumentou seu território, ocupando a Galiléia e a parte oeste de Jerusalém, que haveriam de corresponder à Palestina árabe. Mais grave ainda, entretanto, foi a atitude dos próprios árabes para a criação de um Estado árabe-palestino. O emir Abdullah anexou a Cisjordânia, a seu próprio território da Transjordânia, formando sobre essas bases o moderno reino da Jordânia. Por outro lado, o Egito ficou com o controle da Faixa de Gaza, também destinada ao Estado árabe-palestino. Após a Guerra dos Seis Dias, em 1967, Israel con-

quistou Gaza e a Cisjordânia. A partir desse momento, a impossibilidade de conformar um Estado árabe-palestino, sob os termos da Resolução 181, passou a recair sob a responsabilidade israelense.

O fundamentalismo islâmico é resultado do caráter totalizador do credo corânico, sempre propício aos excessos. A *Sharia*, ou sujeição às leis religiosas, se apresenta como uma opção natural de identidade em meio à influência ocidental e ao mundo moderno. Nela, o crente muçulmano encontra resposta para suas dúvidas, em meio aos preceitos que guiam todos os aspectos de sua vida cotidiana e lhe brindam com um *nicho de certezas* frente a um leque de questionamentos sem respostas. A revolução de Khomeini no Irã, abriu as portas a um modelo de vida e de sociedade que a cada dia se apresenta mais atrativo para amplas massas populacionais do Oriente Médio. O temor a *Jahiliyya*, ou seja, a apostasia e a barbárie, são identificados não somente com a presença e a influência do Ocidente, mas também com a dos regimes pró-ocidentais da região.

As controvérsias étnico-territoriais são resultado de

traçados artificiais nas quais ingleses e franceses delinearam as fronteiras da região, após o fim da I Guerra Mundial. Antigas províncias turcas se viram desligadas de seus centros ancestrais de posse, da mesma maneira como grupos étnicos de uma mesma origem se viram separados por novos limites estatais. Dessa forma, a Jordânia se sentiu no direito histórico de anexar a Cisjordânia, da mesma maneira que o Iraque considerou que podia fazer o mesmo com o Kuwait. Irã e Iraque têm mantido uma perene disputa sobre o Shatt-el-Arab, da mesma forma que a Síria sempre considerou que a província de Mossul, outorgada ao Iraque, forma parte de sua herança histórica. De um a outro extremo da região os problemas territoriais se reproduzem, gerando rusgas e confrontos. Por sua vez, a pressão irredutível de grupos étnicos que se consideram com direito a uma pátria própria se faz sentir de maneira contundente. Junto ao caso palestino, anteriormente aludido, encontramos também os curdos, grupo étnico que foi disseminado entre Turquia, Irã e Iraque.

É importante enfatizar que o Oriente Médio con-

tém em suas entranhas dois terços das reservas petrolíferas do mundo e tem demonstrado, sistematicamente, incapacidade para alcançar a estabilidade e estabelecer a tão almejada paz. Os problemas e tensões, que afloram a todo momento, demonstram estar calcados em ódios e ressentimentos acumulados ao longo de séculos e mostram-se demasiadamente enraizados para que seja promovida uma trégua à conflitualidade reinante nesta conturbada região do planeta (fevereiro, 1998).

DECLÍNIO DE TIO SAM?

Geralmente se considera o ano de 1898 como marco do ingresso dos Estados Unidos no clube das grandes potências mundiais. Nesse ano, derrotou militarmente a Espanha e herdou um império que abarcava desde Porto Rico até as Filipinas. Entretanto, desde 1880 havia ultrapassado a Inglaterra como a maior nação industrializada do planeta e produzia 29% do produto industrial bruto mundial. Em 1914, o conhecido editor Henry Luce escreve o seu famoso ensaio *O Século Americano* que,

com o passar dos anos, passou a ser reconhecido como expressão de uma inapelável realidade. Após a Primeira Guerra Mundial, os Estados Unidos se consolidaram como uma das cinco grandes potências mundiais e, ao terminar a Segunda Guerra, se transformaram em uma das duas grandes superpotências. Ademais, em 1945, sua superioridade econômica não encontra comparações, pois o país já ostenta a expressiva marca de 50% do PIB mundial. Com o colapso do comunismo, iniciado em 1989, os Estados Unidos não somente ganham a Guerra Fria como também se transformam em única e indisputável superpotência.

As manifestações da atual hegemonia norte-americana são múltiplas. Trata-se de um portentoso poder militar. O orçamento que os Estados Unidos destinam à aquisição de armamentos é equiparável ao total das seis nações mais poderosas que lhes seguem na lista e duplica em relação ao orçamento com defesa em comparação a todos os adversários que ainda lhes restam juntos.

Trata-se, também, de um pujante poder econômico. Os Estados Unidos são o quartel general da economia

global. O maior mercado monetário, bursátil e de bônus do mundo. Suas empresas representam a terça parte das quinhentas maiores corporações do mundo e acumulam a metade dos seus benefícios. As mesmas dominam nos setores de maior tecnologia e valor agregado, mas, também, nos de consumo maciço.

Constituem-se, ainda, de um prodigioso poder institucional. Os Estados Unidos não somente sediam as maiores organizações mundiais, tais como a ONU, o Banco Mundial e o FMI, mas também exercem um papel determinante sobre estas e as demais instituições de nosso tempo como a OTAN e a OMC.

Consistem, também, de um extraordinário poder diplomático. Os Estados Unidos têm sido o grande árbitro dos conflitos mundiais: Irlanda do Norte, Oriente Médio, os Balcãs etc. Sua ação diplomática tenta pôr fim à divisão de Chipre, busca equilibrar a China e Taiwan, a Armênia e Azerbaijão, a Índia e Paquistão, aos tutsis e hutus.

Trata-se, ainda, de um incrível poder cultural. Desde Hollywood, a CNN e MTV, passando por McDonald's

até a Microsoft e Marlboro, as idéias, hábitos, valores, costumes e modismos norte-americanos reinam em profusão. A própria Internet leva a marca estadunidense. É tudo aquilo que convençionalmente chamamos de poder suave e que se manifesta através da multimídia e da cultura global *pop*. Não é sem razão que a jornalista francesa Sophie Gherardi assinala: *a hegemonia norte-americana não é uma novidade. O que resulta excepcional é que através de uma conjunção de fatores e de circunstâncias os Estados Unidos passaram a ganhar em todos os tabuleiros* (Le Monde/maio 1998).

Curiosamente, nunca antes haviam surgido tantas teses, desde o interior do mundo acadêmico norte-americano, que proclamassem o declínio inevitável dos Estados Unidos no cenário internacional. Mesmo no momento em que a evidência de seu poder parece inquestionável, surgem algumas teses como a de Paul Kennedy, em sua obra *Auge e Queda dos Grandes Poderes*, que sustentam que os Estados Unidos iniciaram um processo de decadência. Samuel Huntington afirma que a modernização somen-

te tem servido para fortalecer outras culturas rivais e para reduzir o poder do Ocidente e, por conseguinte, dos Estados Unidos. E, mais ainda, que o *multiculturalismo* que afeta internamente o país, ante o impacto de culturas estranhas que o permeiam, constitui-se em uma poderosa fonte de decadência.

Robert Putnan, conceituado politicólogo, entende que a *arte da associação*, elemento-chave da grandeza estadunidense está se desmoronando. O povo perdeu a fé em suas autoridades e em suas instituições e, ao mesmo tempo, está perdendo, também, a capacidade de associar-se em grêmios e organizações. Para outros, como Arthur Schlesinger Jr, pelo contrário, a causa do declínio norte-americano se encontra na excessiva capacidade associativa, que tem


conduzido a sociedade a um processo de tribalização.

Lester Thurow, conhecido analista político, indica que a globalização está reduzindo seriamente o poder dos Estados e que os Estados Unidos não se constituem em exceção, nesse sentido. E, mais ainda, a economia desse país não somente tem-se mostrado menos relevante na economia global mas, também, tem diminuído progressivamente sua influência nas organizações econômicas multilaterais.

O aparecimento da nova moeda européia, o *euro*, conduzirá, inevitavelmente, ao surgimento de uma divisa rival ao dólar, o que impactará fortemente a preeminência econômica estadunidense. Por outro lado, a crescente desigualdade econômica que está ocorrendo no interior do país cria as con-

dições para sérias crises políticas e institucionais.

Donald White, conceituado estudioso do assunto, sustenta que a redução da presença norte-americana na economia global, a atomização da sociedade em parcelas ideológicas, étnicas e grupais, bem como a perda da capacidade de consenso com respeito ao papel que os Estados Unidos devem representar no mundo, evidenciam um claro e acentuado declínio da superpotência no cenário internacional.

Diante dessa constatação, resulta paradoxal o fato de que no momento de máxima glória e de euforia em que vivem, atualmente, os Estados Unidos, a intelectualidade tenha adentrado em um processo reflexivo marcado pelo pessimismo com relação ao futuro do país (outubro, 1998). 

“Renunciar à liberdade é
renunciar à qualidade de homem.”

Rousseau